



Universidade do Vale do Itajaí

Reconhecida pela Portaria Ministerial nº 051/89, publicada no D.O.U., em 17.02.1989
Itajaí - Santa Catarina



Diploma de Bacharel em Administração Habilitação em Recursos Humanos

O Reitor da Universidade do Vale do Itajaí, no uso de suas atribuições, tendo em vista que

Kalinka Duarte Floriano,

brasileira, natural do Estado de Santa Catarina, nascida no dia 27 de janeiro de 1974,
portadora de Cédula de Identidade nº 2.683.926-1/SC,

concluiu o curso de Administração-Recursos Humanos reconhecido pelo Decreto Estadual nº 3.456/05, publicado no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina em 31 de agosto de 2005, e considerando o Termo de Colação de Grau em 10 de dezembro de 2005, outorga-lhe o presente Diploma a fim de que possa gozar de todos os direitos e prerrogativas legais.

Itajaí, 31 de julho de 2008

Prof. Márcio Daniel Kiesel, MSc.
Coordenador do Curso

Prof. José Roberto Provesi, Ph.D.
Reitor

Diplomado

Prof. Valério Cristofolini, Dr.
Diretor do Centro

PORTARIA Nº 26.900/2020

FABRICIO JOSE SATIRO DE OLIVEIRA, prefeito de Balneário Camboriú, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 72, inciso VII e IX, combinado com o artigo 90, inciso II, letra "a", ambos da Lei Orgânica do Município, de acordo com o artigo 8º da Lei Municipal 1.069/91,

RESOLVE:

1º – **NOMEAR** a Sra. KALINKA FLORIANO PETERES, no cargo de provimento em comissão de Diretora de Benefícios, lotada no Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Balneário Camboriú -BCPREVI, tornando sem efeito as disposições em contrário.

2º - Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

Balneário Camboriú, 10 de fevereiro de 2020


FABRICIO JOSE SATIRO DE OLIVEIRA
Prefeito

PUBLICADO EM 11/02/2020
JORNAL DIÁRIO



ASSIMPASC

Associação dos Institutos Municipais de Previdência
e Assistência de Santa Catarina

SMI

Certificado de Participação

Kalinka Floriano Peteres

No curso preparatório para a prova de certificação CGRPPS/APIMEC realizado em Balneário Camboriú nos dias 18 e 19 de agosto de 2021, das 08h30 às 18h00.

Carga horária total – 17 horas



Carlos Xavier Schramm
Presidente da ASSIMPASC

Conteúdo Programático:

1. Sistema Financeiro Nacional, Instituições e Intermediários financeiros,
2. Economia e Finanças,
3. Instrumentos de renda fixa,
4. Instrumentos de renda variável,
5. Derivativos,
6. Fundos de Investimentos,
7. Política de Investimentos,
8. Gestão do Passivo Previdenciário,
9. Ética e Relacionamento



Improbidade Administrativa e Inelegibilidade

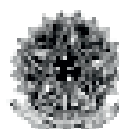
Certidão Negativa

Certifico que nesta data (26/06/2022 às 23:59) NÃO CONSTA no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade registros de condenação com trânsito em julgado ou sanção ativa quanto ao CPF nº 304.202.029-00.

A condenação por atos de improbidade administrativa não implica automático e necessário reconhecimento da inelegibilidade do condenado.

Para consultas sobre inelegibilidade acesse portal do TSE em <http://divulgacandcontas.tse.jus.br/>

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade pode ser por meio do número de controle 62B9.1CFD.71A0.8749 no seguinte endereço: https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/autenticar_certidao.php



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA FEDERAL

CERTIDÃO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS
Nº 68101092022

A Polícia Federal **CERTIFICA**, após pesquisa no Sistema Nacional de Informações Criminais - SINIC, que até a presente data, **NÃO CONSTA** decisão judicial condenatória com trânsito em julgado* em nome de **KALINKA FLORIANO PETERES**, CPF 939.412.699-68.

Observações:

- 1) *Certidão expedida nos termos do Art. 20, Parágrafo Único do Código de Processo Penal. "Nos atestados de antecedentes que lhe forem solicitados, a autoridade policial não poderá mencionar quaisquer anotações referentes à instauração de inquérito contra os requerentes";
- 2) Certidão expedida gratuitamente por meio da Internet em conformidade com a Instrução Normativa nº 005/2008-DGPP;
- 3) Esta certidão foi expedida com base nos dados informados e somente será válida com a apresentação do documento de identificação para confirmação dos dados;
- 4) A autenticidade desta certidão **DEVERÁ** ser confirmada na página da Polícia Federal, no endereço (<http://www.pf.gov.br>);
- 5) Esta certidão é válida por 90 dias.

Brasília-DF, 23:58 de 26/06/2022



68101092022

Certificamos que

KALINKA DUARTE FLORIANO

participou do 3º Congresso Brasileiro de Investimentos dos RPPS e do 10º Congresso Estadual da ASSIMPASC, realizado nos dias 15, 16 e 17 de Setembro de 2021, na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, cumprindo a carga horária de 16 horas.


João Carlos Figueiredo
Presidente da ABIPEM

Associação Brasileira de Instituições
de Previdência Estaduais e Municipais
ABIPEM - 29.184.280/0001-17

Certificação Nº: 65664

Data: 17/09/2021

A utilização deste Certificado, para os fins previstos em Lei, está condicionada à verificação de autenticidade no *site* da ABIPEM: www.abipem.org.br



Realização:



Apoio:



Patrocínio:





JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
CERTIDÃO

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, o(a) eleitor(a) abaixo qualificado(a) está QUITE com a Justiça Eleitoral na presente data .

Eleitor(a): **KALINKA FLORIANO PÊTERES**

Inscrição: **0307 8809 0990**

Zona: 056 Seção: 0295

Município: 80390 - BALNEARIO CAMBORIU

UF: SC

Data de nascimento: 27/01/1974

Domicílio desde: 07/04/2004

Filiação: - ADIR TEREZINHA DUARTE FLORIANO
- ADILSON JOÃO FLORIANO

Ocupação declarada pelo(a) eleitor(a): SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

Certidão emitida às 15:44 em 24/08/2022

Res.-TSE nº 21.823/2004:

O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça eleitoral e não remetidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos.

A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inoccorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.



Esta **certidão de quitação eleitoral** é expedida gratuitamente.

Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br> ou pelo aplicativo e-Título, por meio do código:

YWUW.R4QS.XRRH.KD83